

Apresentação

O presente número da revista retrata um momento triste para Retratos de Assentamentos, porque uma das pioneiras e editoras em toda sua história fez sua passagem este ano, a sempre querida professora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.

Coragem e pioneirismo são duas características que marcaram a trajetória de Dulce. Ainda nos anos de chumbo do regime militar, a jovem professora da Rede Pública do Oeste Paulista desafiava os censores (e os delatores) de plantão, trazendo temas “polêmicos” para as salas de aula do que é, hoje, o Ensino Médio. A emancipação feminina ou a Guerra do Vietnã eram debatidas junto aos alunos com didatismo e para além do discurso oficial. Também foi corajosa e pioneira sua opção de, desde seu mestrado em sociologia da educação – defendido em 1979 – discutir criticamente a ideologia da sociedade urbano-industrial a partir daquilo que Dulce mesma definia como escola “urbanocêntrica”. Essa preocupação com o controle ideológico dos subalternos, em especial dos segmentos sociais do campo, se manteve como um fio condutor de sua reflexão desde meados da década de 1970.

Ao mesmo tempo, a preocupação com a formação dos seus alunos, até mesmo na pós-graduação, colocou essa socióloga em posição de destaque enquanto educadora. Suas aulas de metodologia das Ciências Sociais, nos anos 1980, aliavam a perspectiva aguda dos grandes sociólogos e filósofos críticos ao cuidado realmente pedagógico nas leituras dos trabalhos e avaliações de alunos. O desmonte analítico do verdadeiro processo hegemônico que celebra o capitalismo e suas conquistas tecnológicas, especialmente naquilo que hodiernamente se autodefine como agronegócio, sempre se fazia acompanhar de uma perspectiva poliocular que recolocava – e recoloca – os trabalhadores rurais como portadores de saberes legítimos, mesmo que rechaçados pelas forças econômicas e políticas que comandam os processos de acumulação capitalista.

Neste sentido, é impossível, nesta homenagem, não fazer referência a um texto de sua autoria – em parceria com toda uma equipe de orientandos – que, embora pequeno no seu tamanho, é gigante na sua contribuição e certo em suas proposições, além de sintetizar, em poucas páginas, muito do que Dulce discutiu em sua reflexão. Em “A transcrição da fala do homem do campo: fidelidade ou caricatura” (com sua primeira versão publicada, pela Unesp de Araraquara, em 1995, nos seus Cadernos de Campo), Dulce e seus colaboradores-orientandos – hoje docentes em diferentes universidades do país – oferecem um guia para o importante e delicado trabalho de transcrição das entrevistas gravadas com trabalhadores rurais. Ali, além de orientações técnicas, discute-se os preconceitos dos próprios pesquisadores – preconceitos estes calcados na ideologia urbanocêntrica da escola e de outras instituições da cultura moderna. Trata-se do exercício da reflexividade da pesquisa, exigido por Pierre Bourdieu – um dos maiores referenciais teórico-metodológicos de Dulce – posto em prática

no seu próprio esforço sociológico. É ao redor desse pequeno monumento que este necrológio se completa. De fato, poucos intelectuais conseguiram lapidar de forma tão sintética uma contribuição tão arguta e multidimensional.

O legado de Dulce para o Nupedor, para Retratos de Assentamentos e para a Sociologia Rural brasileira estará sempre vivo e valioso, como em toda sua atividade científica, para a formação de estudantes, pesquisadores/as, extensionistas, gestores/as e professores/as. No caso dos assentamentos cabe lembrar que ela foi uma das idealizadoras do projeto interdisciplinar coordenado pela Unesp/Araraquara: "Análise e avaliação dos projetos de assentamentos no estado de São Paulo", realizado no final dos anos 1980, o qual redundou na publicação do primeiro número de Retratos, em 1994, e do primeiro censo dos assentamentos de São Paulo, em 1995.

Ainda no período de fechamento desta edição, fomos surpreendidos por perdas de outras grandes figuras da questão agrária brasileira. Uma dessas pessoas, Raimundo Pires Silva, esteve muito próximo do nosso grupo enquanto superintendente do INCRA SP, nos anos de 2003 até 2010, quando intensificamos a interlocução entre gestores, acadêmicos e movimentos sociais. Bombril, como era conhecido, foi um grande lutador pela reforma agrária e durante sua gestão, aumentaram exponencialmente o número de assentamentos e de famílias assentadas no estado de São Paulo, a execução das políticas públicas de implantação e desenvolvimento dos assentamentos, além da criação de modalidades diferenciadas de assentamentos, como os PDS. Fez também seu doutorado no PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara, o que o manteve ainda mais próximo. Uma grande figura que deixa um legado enorme para todos e todas que lutam pela reforma agrária e pela democratização da sociedade brasileira.

O presente número da revista abre com um texto de coautoria de Dulce e de uma de suas últimas orientadas de doutorado, que enfatiza a adaptação e interação dos conceitos de reprodução social e ação pedagógica, aplicando-os ao contexto brasileiro. Com uma discussão embasada em Bourdieu, exploram-se perspectivas de uma escola diferenciada, utilizando um estudo de caso de uma assentada inserida em um ambiente permeado por violência simbólica. Em conclusão, o estudo sugere que os conceitos podem ser "migrados" desde que não sejam empregados de forma mecânica, permitindo a fluidez e compreensão da realidade.

Em outro artigo, o cenário do envelhecimento populacional no Brasil e no mundo tem revelado mudanças significativas nas estruturas demográficas e nas percepções associadas à velhice. A compreensão do envelhecimento é multidimensional, sendo influenciada por fatores biológicos, culturais e cronológicos. O investimento em políticas públicas voltadas para o envelhecimento ativo é crucial para enfrentar os desafios e estereótipos associados à velhice.

Logo após, o artigo seguinte aborda um tema crucial da reprodução social da agricultura familiar e sempre desafiador, o da sucessão geracional. O estudo de caso no território do Médio Jequitinhonha aponta para os dilemas "entre ficar e

sair”, entre jovens de duas escolas da família, porém apresenta especificidades que contribuem para se compreender a permanência no campo, os conflitos geracionais, as estratégias educacionais e profissionais no meio urbano que se apresentam na trajetória dos jovens.

Passando à temática da educação, o artigo seguinte tem como tema uma reflexão sobre Educação Ambiental (EA) e desenvolvimento territorial, a partir de vivências da infância das crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Investiga-se o modo de vida das crianças em um contexto de luta pela reforma agrária, por melhores condições de existência, por preservação do meio ambiente, alimentação saudável e escola. Como resultado, busca-se confirmar a importância de se trabalhar a questão ambiental na infância, sobretudo no contexto do MST, dado que estão construindo uma educação emancipadora baseada na luta da família e no pertencimento ao seu território, por meio de práticas pedagógicas lúdicas contribuindo para uma relação de preservação e respeito ao meio ambiente.

Em outro ensaio discute-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) recorrendo ao processo de formação desta política como uma conquista da Educação do Campo. O objetivo é relatar historicamente de que forma o PRONERA e a Educação do Campo vêm contribuindo para formação de educandos e educadores do campo com práticas de sustentabilidade ambiental. Busca-se discutir que o PRONERA é uma política pública com potencial multidimensional para ações visando à sustentabilidade e tem lugar estratégico para a nação ter condições de cumprir os diversos compromissos que tem assumido na agenda ambiental global.

Em um artigo que abre outro bloco de artigos com temáticas territorial, luta pela terra e agroecologia, analisa-se a ocupação do Oeste Paulista com a expansão de ferrovias e cafezais, mas também com a constituição de um patrimônio cultural que passa, na contemporaneidade, por disputas em função da especulação imobiliária. Apresenta-se o tombamento da sede e do mirante de uma antiga fazenda, que hoje fica no centro da cidade, como uma estratégia de se preservar um bem histórico. No entanto, as disputas entre o interesse imobiliário e o Estado persistem e a resistência depende, de forma permanente, dos agentes públicos e da população local.

Dentro dessa temática, mas com foco nas lutas da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, outro artigo identifica seus principais pontos de reivindicação, com o objetivo de apreender quais foram as necessidades e críticas realizadas. Os autores refletem sobre quais as pretensões que fizeram parte das reivindicações de ambos os movimentos do campo, durante a constituinte de 1987/88. São identificados os reflexos dos debates, relacionados com a questão agrária. Desdobramentos que englobam a reforma agrária, como via proporcionadora da justiça social.

No artigo seguinte, a discussão é retomada a partir da produção de alimentos, do abastecimento e do fator geopolítico na determinação da fome em dois momentos: na década de 1970 e nos anos 2007-2008. Desde uma abordagem

das conjunturas políticas nos diferentes momentos, até críticas às políticas implementadas em governos petistas, o que permanece no horizonte é a persistência da fome no Brasil. O artigo aponta a reforma agrária como o fator preponderante para se pensar seriamente no combate à fome e na superação dos desafios estruturais da soberania alimentar.

Outro artigo resgata a execução parcial do projeto Microbacias II – Acesso ao mercado, que apesar de trazer possibilidades ao desenvolvimento rural com a instalação de agroindústria para processamento da produção, não foi capaz de mobilizar e efetivamente fazer funcionar o projeto em assentamento de Batatais/SP. O artigo relata a falta de participação da comunidade no diagnóstico e no plano de negócios, como fatores decisivos no fracasso de uma estrutura que foi criada e nunca utilizada desde 2016.

Em seguida, um artigo de caráter mais técnico que descreve e analisa o levantamento etnopedológico em um assentamento rural no Espírito Santo. O trabalho ressalta a percepção das famílias assentadas sobre diferentes atributos do solo e os cultivos com maior e menor capacidade de armazenar carbono, respectivamente, cafezais e pastagens. Tal conhecimento é fundamental para o planejamento da produção e uso dos recursos naturais levando-se em conta uma proposta de manejo sustentável, a partir de diferentes classes de solos identificadas pela comunidade.

O último artigo trata da construção da Agroecologia no estado de Mato Grosso, como um caminho oposto ao agronegócio hegemônico no contexto da produção de grãos. Apesar das enormes monoculturas que não param de se expandir em terras mato-grossenses e na fronteira da Amazônia, há experiências em Agroecologia que se constroem e se mantêm enquanto resistência da agricultura familiar. O artigo apresenta um trabalho histórico e documental deste processo.

Após a apresentação do presente número, informamos que a partir desta edição, a revista passará a contar com novos editores colaboradores na sua produção. Estão entrando como editores os professores Luís Antônio Barone, da Unesp/Presidente Prudente, e Osvaldo Aly Junior, da ABRA/SP, que se juntam a nós na missão de continuar resistindo com a edição da revista e na democratização da produção, divulgação e acesso ao conhecimento sobre as ruralidades brasileiras, especialmente os assentamentos rurais e a reforma agrária. Damos as boas-vindas aos companheiros!

Boa leitura!

**Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Henrique Carmona Duval
Luís Antônio Barone
Osvaldo Aly Junior**